



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

23/06/2015

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CONVÊNIOS.....	1 - 8
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CONVÊNIOS.....	9 - 10
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. CONVÊNIOS.....	11 - 12
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. COMARCAS.....	13
4.2. CONVÊNIOS.....	14 - 15
4.3. PROJETO ITINERÂNCIA.....	16
5. JORNAL EXTRA	
5.1. CONVÊNIOS.....	17 - 20
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	21
6.2. CONVÊNIOS.....	22 - 24
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. CONVÊNIOS.....	25 - 30
8. JORNAL O PROGRESSO	
8.1. CONVÊNIOS.....	31 - 34
9. JORNAL O QUARTO PODER	
9.1. CONVÊNIOS.....	35 - 36
10. JORNAL PEQUENO	
10.1. COMARCAS.....	37 - 38
10.2. CONVÊNIOS.....	39 - 41
10.3. ESMAM.....	42

Prefeito Edivaldo participa de entrega de comenda ao ministro Ricardo Lewandowski



Prefeito Edivaldo participa de entrega de comenda ao ministro Ricardo Lewandowski

O prefeito Edivaldo participou na tarde desta segunda-feira (22) da cerimônia de assinatura do termo de compromisso entre governo do Estado e Supremo Tribunal Federal (STF) para adequar o sistema de execução penal e carcerário do Maranhão. Na ocasião, o ministro do STF, Ricardo Lewandowski, recebeu a comenda da Ordem dos Timbiras, destinada aos que prestaram serviços relevantes à sociedade.

“Nós ficamos muito honrados em receber o ministro em São Luís e destacamos o reconhecimento dado a ele hoje pelas mãos do governador Flávio Dino. Temos

certeza que a união entre os poderes torna a estrutura do nosso país mais forte e agrega justiça e igualdade para a sociedade”, disse o prefeito Edivaldo.

O governador Flávio Dino entregou a medalha ao ministro durante a solenidade no Palácio dos Leões. “Ministro Lewandowski, gostaria de transmitir os agradecimentos do povo do Maranhão ao STF, a todo poder judiciário pela confiança em nosso governo e por isso lhe conferimos esta comenda da Ordem dos Timbiras”, explicou o governador Flávio Dino. “Eu agradeço imensamente a honraria

que o governador me concede nesta ocasião”, afirmou o ministro Ricardo Lewandowski.

Estiveram presentes na assinatura do termo o presidente da Assembleia Legislativa, Humberto Coutinho; a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleonice Freire; o presidente da Ordem dos Advogados Seccional Maranhão (OAB), Mário Macieira, representantes do Ministério Público do Maranhão, Defensoria Pública, Ministério Público Federal, Procuradoria Geral do Estado (PGE) e secretários estaduais.



Prefeito Edivaldo participa de entrega de comenda ao ministro Ricardo Lewandowski

Governo e Supremo Tribunal Federal firmam acordo para finalizar construção e reforma de presídios no MA



Governador Flávio Dino recebe ministro Ricardo Lewandowski e assina Termo de Compromisso para implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão

Governo e Supremo Tribunal Federal firmam acordo para finalizar construção e reforma de presídios no MA



Ministro Ricardo Lewandowski recebe a Comenda da Ordem dos Timbiras

O Govorno do Maranhão e o Supremo Tribunal Federal (STF) firmaram Termo de Compromisso para adequar o sistema de execução penal e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal e por Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos. O Govorno se compromete a concluir a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, no interior do estado.

“Este novo acordo abriu caminho para avançar o Sistema Judiciário do Maranhão, para estruturar o sistema penal e consagrar o autêntico

plano de Govorno do Maranhão que será fielmente cumprido”, disse o governador Flávio Dino durante o encontro com o presidente do STF.

O governador Flávio Dino e o presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, assinaram na tarde desta segunda-feira (22) o Termo de Compromisso que vai implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão. Com o apoio técnico e financeiro do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça, o Estado se compromete a finalizar as obras abandonadas no govorno anterior.

O ministro Lewandowski enfatizou a união de esforços de todas as instâncias de poder durante o ato. “Das várias comendas que recebo essa tem especial significado porque ela me é outorgada no momento em que os dois poderes, o Executivo e o Judiciário, na presença do poder Legislativo, dão um passo significativo para resolver um problema da cultura do encarceramento”, disse o presidente do STF agradecendo a homenagem e reforçando a importância dos avanços que serão alcançados pelo Govorno do Estado e pelo Poder

Judiciário do Maranhão.

O Poder Executivo do Maranhão concluirá obras e reformas que estão atrasadas há 16 meses. Emergencialmente, serão concluídas quatro unidades prisionais no interior e uma na capital, criando 1.134 novas vagas. Também serão finalizadas as reformas e ampliações dos presídios dos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó – resultando na criação de 564 novas vagas para os interiores, a partir das reformas.

Além das ações de infraestrutura, também serão implementadas políticas de ressocialização, aprimoramento dos centros de reintegração social, assistência aos encarcerados e o fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário pelo Governo do Maranhão para fortalecer a atenção e cuidados aos presos em todo o estado. Entre elas, estão o cuidado com a saúde, fortalecimento da atenção aos egressos e o aprimoramento da Política Estadual de Alternativas Penais.

O compromisso foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça entre

o Ministério da Justiça, o Governo do Estado e as instituições maranhenses ligadas ao Sistema de Execução Penal, que são: Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA.

Estavam presentes no ato, o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Humberto Coutinho, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Maranhão, Mário Macieira, a corregedora geral do Estado, Nelma Sarney, o procurador do estado Rodrigo Maia, os secretários Marcelo Tavares (Casa Civil) e o adjunto, Carlos Lula (Casa Civil), Rodrigo Lago (Transparência e Controle), Jefferson Portela (Segurança Pública), Muriilo Andrade (Administração Penitenciária), Márcio Jerry (Articulação Política), Ester Marques (Cultura), o presidente da Comissão Central de Licitação, Paulo Guilherme e representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e Defensoria Pública do Maranhão.

Ações - Em Timon e Pinheiro serão criadas 306 vagas, em cada município, com obras previstas para serem entregues em novembro de 2015 e janeiro de 2016, respectivamente. Em Imperatriz serão criadas 210 vagas, com previsão de entrega em setembro deste ano. Em São Luiz Gonzaga serão criadas 312 vagas, com previsão de entrega para dezembro de 2016. A Unidade de Segurança Máxima, em São Luís, possui projeto que está em fase de detalhamento.

O Estado do Maranhão se compromete ainda em concluir a reforma e ampliação dos presídios nos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó, o que significa a criação de 564 vagas, assim distribuídas: em Balsas serão criadas 126 vagas, em Açailândia 162 vagas com previsão de entrega para julho deste ano. Em Codó serão criadas 156 novas vagas, com previsão de entrega para outubro deste ano. No município de Pedreiras serão criadas 120 vagas com previsão de entrega em novembro de 2015.

Assinado termo de cooperação para melhoria do sistema de justiça criminal no Maranhão

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, participou de solenidade no Tribunal de Justiça nesta segunda-feira (22), quando assinou Termo de Cooperação que prevê ações para a adequação do sistema de justiça criminal do Maranhão. Também assinaram o compromisso a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire; a corregedora-geral da Justiça, Nelma Sarney; a procuradora-geral da Justiça em exercício, Terezinha Guerreiro; o presidente da OAB-MA, Mário Macieira; a defensora pública-geral, Mariana Albano e o diretor do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, Hugo Leonardo.

Os signatários se comprometeram a engendrar esforços para reestruturar o sistema carcerário maranhense, com reforma estrutural e organizacional das unidades prisionais, políticas de atenção aos presos, aprimoramento da rotina de execução penal e consolidação da audiência de custódia. O governador do Estado, Flávio Dino, também assinou o documento em seguida, no Palácio dos Leões.

↳ O ministro Ricardo Lewandowski

falou das duas principais dificuldades enfrentadas pelo Poder Judiciário brasileiro, que são a cultura do encarceramento e o excesso de litigiosidade judicial, refletidos pelos atuais 600 mil presos e 100 milhões de processos em tramitação. Ele elogiou o pioneirismo do Maranhão na realização da audiência de custódia – quando o juiz, logo após a prisão em flagrante, faz a verificação da legalidade e necessidade da prisão – e do avanço na política de conciliação. O Maranhão conta com 17 centros de solução de conflitos na capital e no interior, que realizam sessões de conciliação para homologação judicial de acordos entre as partes.

Ricardo Lewandowski afirmou o apoio do CNJ à política da audiência de custódia no Maranhão, que garante o direito de todo preso de ser apresentado ao juiz e respeita pactos internacionais de direitos humanos, como o Pacto da Costa Rica, reduzindo as prisões desnecessárias e melhorando o processo de ressocialização. “A audiência é um grande avanço civilizatório e contribui para aumentar a segurança, porque se enviamos à prisão uma pessoa que pode receber medidas alternativas,

ela sai pós-graduada na criminalidade”, explicou.

O ministro elogiou a atuação dos 16.500 magistrados brasileiros, que mesmo em quantidade insuficiente resolvem os conflitos de toda a sociedade, mesmo em meio a dificuldades, garantindo que o Brasil prossiga na busca pela consolidação como um país do futuro e de destaque no cenário internacional. “Apesar dos problemas como, má distribuição de renda e dificuldades econômicas, grande parte da harmonia e paz social que vivemos devemos aos juízes”, observou.

A desembargadora Cleonice Freire ressaltou as ações do TJMA para o sucesso das audiências de custódia, realizadas desde setembro do ano

passado e que vem contribuindo para a diminuição do encarceramento. “Damos muita importância a esse projeto e estamos inclusive, capacitando nossos juízes para a prática através da Escola da Magistratura”, observou.

MEDALHA – Durante a solenidade, a desembargadora Cleonice Freire entregou ao ministro Ricardo Lewandowski a Medalha Especial do Mérito Judiciário Cândido Mendes, aprovada por unanimidade no Órgão Especial, no último dia 15 de abril. “Sinto-me honrado por ser agraciado com a mais alta comenda, que homenageia um dos grandes juristas desse país, a qual recebo em nome de todo o Judiciário”, agradeceu.



Estado e STF firmam acordo para finalizar construção de presídios

O Governo do Maranhão e o Supremo Tribunal Federal (STF) firmaram Termo de Compromisso para adequar o sistema de execução penal e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal e por Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos. O Governo se compromete a concluir a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, no interior do estado. "Este novo acordo abriu caminho para avançar o Sistema Judiciário do Maranhão, para estruturar o sistema penal e consagrar o autêntico plano de Governo do Maranhão que será fielmente cumprido", disse o governador Flávio Dino durante o encontro com o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski.

PÁGINA 5



PARCERIA

Governo e STF firmam acordo para finalizar construção e reforma de presídios no MA

O Governo do Maranhão e o Supremo Tribunal Federal (STF) firmaram Termo de Compromisso para adequar o sistema de execução penal e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal e por Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos. O Governo se compromete a concluir a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, no interior do estado.

"Este novo acordo abriu caminho para avançar o Sistema Judiciário do Maranhão, para estruturar o sistema penal e consagrar o autêntico plano de Governo do Maranhão que será fielmente cumprido", disse o governador Flávio Dino durante o encontro com o presidente do STF.

O governador Flávio Dino e o presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, assinaram na tarde de ontem (22) o Termo de Compromisso que vai implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão. Com o apoio técnico e financeiro do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça, o Estado se compromete a finalizar as obras abandonadas no governo anterior.

O ministro Lewandowski enfatizou a união de esforços de todas as instâncias de poder durante o ato. "Das várias comendas que recebo essa tem especial significado porque ela me é outorgada no momento em que os dois poderes, o Executivo e o Judiciário, na presença do poder Legislativo, dão um passo significativo para resolver um problema da cultura do encarceramento", disse o presidente do STF agradecendo a homenagem e reforçando a importância dos avanços que serão alcançados pelo Governo do Estado e pelo Poder Judiciário do Maranhão.

O Poder Executivo do Maranhão concluirá obras e



Governador Flávio Dino recebe ministro Ricardo Lewandowski e assina Termo de Compromisso para implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão

reformas que estão atrasadas há 16 meses. Emergencialmente, serão concluídas quatro unidades prisionais no interior e uma na capital, criando 1.134 novas vagas. Também serão finalizadas as reformas e ampliações dos presídios dos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó – resultando na criação de 564 novas vagas para os interiores, a partir das reformas.

Além das ações de infraestrutura, também serão implementadas políticas de ressocialização, aprimoramento dos centros de reintegração social, assistência aos encarcerados e o fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário pelo Governo do Maranhão para fortalecer a atenção e cuidados aos presos em todo o estado. Entre elas, estão o cuidado com a saúde, fortalecimento da atenção aos egressos e o aprimoramento da Política Estadual de Alternativas Penais.

O compromisso foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça entre o Ministério da Justiça, o Governo do Estado e as instituições maranhenses ligadas

ao Sistema de Execução Penal, que são: Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA.

Estavam presentes no ato, o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Humberto Coutinho, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Maranhão, Mário Macieira, a corregedora geral do Estado, Nelma Sarney, o procurador do estado Rodrigo Maia, os secretários Marcelo Tavares (Casa Civil) e o adjunto, Carlos Lula (Casa Civil), Rodrigo Lago (Transparência e Controle), Jefferson Portela (Segurança Pública), Murilo Andrade (Administração Penitenciária), Márcio Jerry (Articulação Política), Ester Marques (Cultura), o presidente da Comissão Central de Licitação, Paulo Guilherme e representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e Defensoria Pública do Maranhão.

AÇÕES

Em Timon e Pinheiro serão criadas 306 vagas, em cada município, com obras previstas para serem entregues em novembro de 2015 e janeiro de 2016, respectivamente. Em Imperatriz serão criadas 210 vagas, com previsão de entrega em setembro deste ano. Em São Luiz Gonzaga serão criadas 312 vagas, com previsão de entrega para dezembro de 2016. A Unidade de Segurança Máxima, em São Luís, possui projeto que está em fase de detalhamento.

O Estado do Maranhão se compromete ainda em concluir a reforma e ampliação dos presídios nos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó, o que significa a criação de 564 vagas, assim distribuídas: em Balsas serão criadas 126 vagas, em Açailândia 162 vagas com previsão de entrega para julho deste ano. Em Codó serão criadas 156 novas vagas, com previsão de entrega para outubro deste ano. No município de Pedreiras serão criadas 120 vagas com previsão de entrega em novembro de 2015.

GOVERNO E STF FIRMAM ACORDO PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRESÍDIOS



O Governo do Maranhão e o Supremo Tribunal Federal (STF) firmaram Termo de Compromisso para adequar o sistema de execução penal e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal e por Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos. - Pag. 3

Governo e STF firmam acordo para construção de presídios



Governador Flávio Dino recebe ministro Ricardo Lewandowski e assina Termo de Compromisso

O Governo do Maranhão e o Supremo Tribunal Federal (STF) firmaram Termo de Compromisso para adequar o sistema de execução penal e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal e por Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos. O Governo se compromete a concluir a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, no interior do estado.

“Este novo acordo abriu caminho para avançar o Sistema Judiciário do Maranhão, para estruturar o sistema penal e consagrar o autêntico plano de Governo do Maranhão que será fielmente cumprido”, disse o governador Flávio Dino durante o encontro com o presidente do STF.

O governador Flávio Dino e o presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, assinaram na tarde de ontem

o Termo de Compromisso que vai implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão. Com o apoio técnico e financeiro do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça, o Estado se compromete a finalizar as obras abandonadas no governo anterior.

O ministro Lewandowski enfatizou a união de esforços de todas as instâncias de poder durante o ato. “Das várias comendas que recebo essa tem especial significado porque ela me é outorgada no momento em que os dois poderes, o Executivo e o Judiciário, na presença do poder Legislativo, dão um passo significativo para resolver um problema da cultura do encarceramento”, disse o presidente do STF agradecendo a homenagem e reforçando a importância dos avanços que serão alcançados pelo Governo do Estado e pelo Poder Ju-

diário do Maranhão.

O Poder Executivo do Maranhão concluirá obras e reformas que estão atrasadas há 16 meses. Emergencialmente, serão concluídas quatro unidades prisionais no interior e uma na capital, criando 1.134 novas vagas. Também serão finalizadas as reformas e ampliações dos presídios dos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó – resultando na criação de 564 novas vagas para os interiores, a partir das reformas.

Além das ações de infraestrutura, também serão implementadas políticas de ressocialização, aprimoramento dos centros de reintegração social, assistência aos encarcerados e o fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário pelo Governo do Maranhão para fortalecer a atenção e cuidados aos presos em todo o estado. Entre elas,

estão o cuidado com a saúde, fortalecimento da atenção aos egressos e o aprimoramento da Política Estadual de Alternativas Penais.

O compromisso foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça entre o Ministério da Justiça, o Governo do Estado e as instituições maranhenses ligadas ao Sistema de Execução Penal, que são: Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA.

Estavam presentes no ato, o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Humberto Coutinho, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Maranhão, Mário Macieira, a corregedora geral do Estado, Nelma Sarney, o procurador do estado Rodrigo Maia, os secretários Marcelo Tavares (Casa Civil) e o adjunto, Carlos Lula (Casa Civil), Rodrigo Lago (Transparência e Controle), Jefferson Portela (Segurança Pública), Muriilo Andrade (Administração Penitenciária), Márcio Jerry (Articulação Política), Ester Marques (Cultura), o presidente da Comissão Central de Licitação, Paulo Guilherme e representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e Defensoria Pública do Maranhão.

Rápidas

Doação I

TUTOIA - A Comarca de Tutoia fez a doação de três computadores e uma impressora HP Laser Mono P 1102 para a Polícia Civil do município. Entre os componentes doados, estabilizadores, monitores de vídeo e CPUs da marca Dell. A entrega dos equipamentos à instituição foi feita pelo juiz titular da comarca, Rodrigo Otávio Terças, e pelo promotor de Justiça da unidade, Fernando Silva. Segundo o magistrado, a aquisição dos equipamentos foi feita com recursos oriundos de transações penais realizadas no Juizado.

Doação II

TUTOIA - O objetivo da doação feita pela Comarca de Tutoia é ajudar a equipar a Polícia Civil local para melhoria na prestação de serviço à sociedade. O juiz titular da comarca, Rodrigo Otávio Terças, disse que o Judiciário não se restringe apenas ao trato com processos, mas também deve participar de ações que visem ao aprimoramento da vida em sociedade. Ações como essa mostram a aproximação da Justiça com a comunidade.

CNJ firma pacto por melhoria no sistema prisional

Ricardo Lewandowski, ministro do STF e presidente do CNJ, assinou ontem termos de cooperação com o Judiciário e o Executivo estaduais. **Política 2**



Ricardo Lewandowski, antes do evento no TJ, foi cercado por servidores federais em greve no Maranhão, que cobram direitos trabalhistas

CNJ atua para ajudar segurança no MA

Presidente do órgão, ministro Ricardo Lewandowski, garantiu que ações previstas nos termos contribuirão para reduzir superlotação no sistema prisional

Ações para melhoria do Sistema de Justiça Criminal foram acordadas ontem em termos de cooperação assinados entre o Conselho Nacional de Justiça e os Poderes Judiciário e Executivo. O presidente do órgão, ministro Ricardo Lewandowski, garantiu que tais ações possibilitem, principalmente, a redução da superlotação no sistema carcerário do Maranhão.

Dois termos foram assinados ontem: um com o Poder Judiciário juntamente com o Ministério Público e com a seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outro com o Governo do Estado.

Com o Judiciário, ficou acertado que as ações priorizarão as audiências de custódias - quando há apresentação de presos em flagrante em até 24 horas para o juiz criminal para que este decida a necessidade de prisão ou não - e também as audiências de conciliação. Assim, o CNJ, segundo Ricardo Lewandowski, poderá reduzir a cultura do encarceramento e o excesso de litigiosidade judicial.

O ministro informou ainda que essa redução é possível porque, segundo dados no CNJ, 40% da população carcerária do Brasil (que chega a 600 mil presos) estão sob custódia, esperando para serem julgados. Alguns, quando conseguem, já conseguiram cumprir o tempo da pena de privação de liberdade.

"A audiência é um grande avanço civilizatório e contribui para aumentar a segurança, porque, se enviamos à prisão uma pessoa que pode receber medidas alternativas, ela sai pós-graduada na criminalidade", afirmou o presidente do CNJ.

A presidente do TJ, desembargadora Cleonice Freire, lembrou



Biné Moraes

Presidente do TJ maranhense, desembargadora Cleonice Freire entrega medalha a Lewandowski

“ Se enviamos à prisão uma pessoa que pode receber medidas alternativas, ela sai pós-graduada na criminalidade ”

Ministro Ricardo Lewandowski

que audiências de custódias já são realidade no Maranhão, apesar de ainda não serem regras. No entanto, segundo ela, com a cooperação do CNJ, a prática desse tipo de sessão deverá aumentar. "Damos importância a esse projeto e estamos capacitando nossos juizes para a prática por meio da Escola da Magistratura", disse a magistrada.

Mais vagas - Com o Poder

Executivo, o CNJ assinou o termo de cooperação para que novas vagas em unidades prisionais sejam abertas. De acordo com o termo, novas unidades prisionais devem ser construídas e as existentes devem passar por reforma. Assim, poderão ser criadas novas 1.134 vagas prisionais.

Segundo informações do governo estadual, serão concluídas obras e reformas iniciadas na

Mais

O presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, foi recepcionado por servidores em greve da Justiça Federal no Maranhão, acompanhados por servidores da justiça Eleitoral. Eles cobraram uma posição do ministro em relação aos processos de reajuste das categorias. Lewandowski disse apenas estar "lutando" pela proposta.

gestão passada. Serão concluídas quatro unidades prisionais no interior e uma em São Luís. Também serão finalizadas as reformas e ampliações dos presídios dos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó, o que resultará na criação de 564 vagas para os interiores, a partir das reformas.

Justiça Itinerante vai a Timon e oferece serviços médicos e judiciários

Projeto executado pela 2ª Vara Cível visa ao atendimento de centenas de pessoas para promover a inclusão social no município

TIMON - O Poder Judiciário realizou na Comarca de Timon a 8ª etapa do Projeto Justiça Itinerante e Caminhos Para a Cidadania durante a semana passada e beneficiou centenas de timonenses. A ação, promovida pela 2ª Vara Cível de Timon, foi realizada no Centro Educacional São Raimundo Nonato, no Bairro Flores. A coordenação dos trabalhos ficou por conta da juíza Susi Ponte, titular da 2ª Vara Cível.

Essa etapa do projeto teve a participação dos magistrados Rosa Duarte, Simeão Pereira, Rogério Monteles da Costa e Josemilton Barros. Também atuaram o promotor de Justiça Antônio Borges Júnior e defensores públicos.

Parceiros, entre os quais a Companhia Energética do Maranhão (Cemar), Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Faculdade São José dos Cocais e Lion's Club de Timon se destacaram, além dos voluntários.

De acordo com Susi Ponte, o projeto vem contribuindo para promover a inclusão social em Timon e para aproximar a Justiça dos jurisdicionados. "Por meio desse projeto, o Judiciário implementou atividades, tais como audiências de retificação de registro civil, de juizado especial e de família, casamentos comunitários,

atendimentos pela Defensoria Pública, expedição de identidades e carteiras profissionais, consultas médicas e odontológicas, vacinas, bem como palestras educativas e muito mais.

Durante a ação, foram realizados: casamentos comunitários e audiências de Registro Civil, audiências de família, sentenças em banca, audiências de guarda, atendimentos pela Defensoria Pública, expedição gratuita de Carteiras de Trabalho e atendimentos de Cadastro Único e outros benefícios.

Atividades - A programação contou, ainda, com oficina de corte e costura com 10 participantes; 128 lâmpadas fluorescentes trocadas pela Cemar; 24 atendimentos pela Faculdade São José; 150 crianças em atividades na Sala Lúdica e nos brinquedos do Serviço Social da Indústria e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Sesi/Senai); consultas médicas e odontológicas; aferição de pressão arterial, vacinação e distribuição preservativos.

"Na oportunidade, ainda foi realizada a doação de livros para o Centro Educacional São Raimundo Nonato, que prontamente cedeu sua estrutura para a realização do evento", finalizou a magistrada.

Ações concluídas

- 21 casamentos comunitários
- 15 audiências de Registro Civil
- 14 sentenças foram proferidas em banca
- 8 audiências de família foram realizadas
- 8 prolações de sentenças em banca
- 4 audiências de guarda
- 4 sentenças em banca
- 27 atendimentos pela Defensoria Pública

- 63 carteiras de trabalho, CPFs e carteiras de identidade
- 12 atendimentos de Cadastro Único e outros benefícios
- 41 consultas médicas
- 73 consultas oftalmológicas
- 97 atendimentos odontológicos
- 24 testes rápidos de HIV
- 32 verificações de pressão arterial
- 40 exames de glicemia



Aferição de pressão arterial foi uma das ações executadas no projeto



A juíza Susi Ponte e parte da equipe do projeto que atendeu centenas de timonenses

**Governo do Estado e
STF firmam acordo para
concluir construção e
reforma de presídios**

PÁGINA 5

AGORA VAI...

O Governo do Maranhão se compromete a concluir a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, localizadas no interior do Estado.

Governo do Estado e STF firmam acordo para concluir construção e reforma de presídios

O Governo do Maranhão e o Supremo Tribunal Federal (STF) firmaram Termo de Compromisso para adequar o sistema de execução penal e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal e por Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos.

“Este novo acordo abriu caminho para avançar o Sistema Judiciário do Maranhão, para estruturar o sistema penal e consagrar o autêntico plano de Governo do Maranhão que será fielmente cumprido”, disse o governador Flávio Dino durante o encontro com o presidente do STF.

O governador Flávio Dino e o presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, assinaram na tarde desta segunda-feira (22) o Termo de Compromisso que vai implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão. Com o apoio técnico e financeiro do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça, o Estado se compromete a finalizar as obras abandonadas no governo anterior.

O ministro Lewandowski enfatizou a união de esforços de todas as instâncias de poder durante o ato. “Das várias comendas que recebo essa tem especial significado porque ela me é outorgada no momento em que os dois poderes, o Executivo e o Judiciário, na presença do poder Legislativo, dão um passo significativo para resolver um problema da cultura do encarceramento”, disse o presidente do STF agradecendo a homenagem e reforçando a importância dos avanços que serão alcançados pelo Governo do Estado e pelo Poder Ju-



O Governo se comprometeu em finalizar a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, no interior do estado

dicário do Maranhão.

O Poder Executivo do Maranhão concluirá obras e reformas que estão atrasadas há 16 meses. Emergencialmente, serão concluídas quatro unidades prisionais no interior e uma na capital, criando 1.134 novas vagas. Também serão finalizadas as reformas e ampliações dos presídios dos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó – resultando na criação de 564 novas vagas para os interiores, a partir das reformas.

Além das ações de infraestrutura, também serão implementadas políticas de ressocialização, aprimoramento dos centros de reintegração social, assistência aos encarcerados e o fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Pe-

nitenciário pelo Governo do Maranhão para fortalecer a atenção e cuidados aos presos em todo o estado. Entre elas, estão o cuidado com a saúde, fortalecimento da atenção aos egressos e o aprimoramento da Política Estadual de Alternativas Penais.

O compromisso foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça entre o Ministério da Justiça, o Governo do Estado e as instituições maranhenses ligadas ao Sistema de Execução Penal, que são: Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA.

Estavam presentes no ato, o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Hum-

berto Coutinho, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Maranhão, Mário Macieira, a corregedora geral do Estado, Nelma Sarney, o procurador do estado Rodrigo Maia, os secretários Marcelo Tavares (Casa Civil) e o adjunto, Carlos Lula (Casa Civil), Rodrigo Lago (Transparência e Controle), Jefferson Portela (Segurança Pública), Murilo Andrade (Administração Penitenciária), Márcio Jerry (Articulação Política), Ester Marques (Cultura), o presidente da Comissão Central de Licitação, Paulo Guilherme e representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e Defensoria Pública do Maranhão.



Prefeito Edivaldo Holanda Junior

**Prefeito Edivaldo
participa de entrega
de comenda ao
ministro Lewandowski**

PÁGINA 3

Prefeito Edivaldo participa de entrega de comenda ao ministro Lewandowski

O prefeito Edivaldo participou na tarde desta segunda-feira (22) da cerimônia de assinatura do termo de compromisso entre governo do Estado e Supremo Tribunal Federal (STF) para adequar o sistema de execução penal e carcerário do Maranhão. Na ocasião, o ministro do STF, Ricardo Lewandowski, recebeu a comenda da Ordem dos Timbiras, destinada aos que prestaram serviços relevantes à sociedade.

“Nós ficamos muito honrados em receber o ministro em São Luís e destacamos o reconhecimento dado a ele hoje pelas mãos do governador Flávio Dino. Temos certeza que a união entre os poderes torna a estrutura do nosso



Prefeito Edivaldo Holanda participa da homenagem ao ministro

país mais forte e agrega justiça e igualdade para a sociedade”, disse o prefeito Edivaldo.

O governador Flávio Dino entregou a medalha ao ministro durante a solenidade no Palácio dos Leões. “Ministro Lewandowski gostaria de transmitir os agradecimentos do povo do Maranhão ao STF, a todo Poder Judiciário pela confiança em nosso governo

e por isso lhe conferimos esta comenda da Ordem dos Timbiras”, explicou o governador Flávio Dino. “Eu agradeço imensamente a honraria que o governador me concede nesta ocasião”, afirmou o ministro Ricardo Lewandowski.

Estiveram presentes na assinatura do termo o presidente da Assembleia Legislativa, Humberto Coutinho; a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleonice Freire; o presidente da Ordem dos Advogados Seccional Maranhão (OAB), Mário Macieira, representantes do Ministério Público do Maranhão, Defensoria Pública, Ministério Público Federal, Procuradoria Geral do Estado (PGE) e secretários estaduais.



Temos buscado a cada edição expandir os serviços com novas parcerias. Temos o governo do Estado desde o início. Esta semana, tivemos a adesão da Corregedoria Geral de Justiça, após conversa com a desembargadora Nelma Sarney, e do Sebrae, depois de conversa com o diretor técnico José Moraes, que dará palestra de capacitação para o comércio informal

Camila Holanda, coordenadora do Programa Todos Por São Luís

POLÍTICA II

Governo e STF firmam acordo para finalizar construção e reforma de presídios no MA



Flávio Dino e o ministro Ricardo Lewandowski durante assinatura de acordo

Governo e STF firmam acordo para finalizar construção e reforma de presídios no MA

O Governo se comprometeu a concluir a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, no interior do estado



Governador Flávio Dino recebe ministro Ricardo Lewandowski

O Governo do Maranhão e o Supremo Tribunal Federal (STF) firmaram Termo de Compromisso para adequar o sistema de execução penal e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal e por Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos. O Governo se compromete a concluir a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, no interior do estado.

"Este novo acordo abriu caminho para avançar o Sistema Judiciário do Maranhão, para estruturar o sistema penal e consagrar o autêntico plano de Governo do Maranhão que será fielmente cumprido", disse o governador Flávio Dino durante o encontro com o presidente do STF.

O governador Flávio Dino e o presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, assinaram na tarde desta segunda-feira (22) o Termo de Compromisso que vai implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão. Com o apoio técnico e financeiro do Conselho Nacional de Jus-

tiça e do Ministério da Justiça, o Estado se compromete a finalizar as obras abandonadas no governo anterior.

O ministro Lewandowski enfatizou a união de esforços de todas as instâncias de poder durante o ato. "Das várias comendas que recebo essa tem especial significado porque ela me é outorgada no momento em que os dois poderes, o Executivo e o Judiciário, na presença do poder Legislativo, dão um passo significativo para resolver um problema da cultura do encarceramento", disse o presidente do STF agradecendo a homenagem e reforçando a importância dos avanços que serão alcançados pelo Governo do Estado e pelo Poder Judiciário do Maranhão.

O Poder Executivo do Maranhão concluirá obras e reformas que estão atrasadas há 16 meses. Emergencialmente, serão concluídas quatro unidades prisionais no interior e uma na capital, criando 1.134 novas vagas. Também serão finalizadas as reformas e ampliações dos presídios dos municípios de Balsas,

Pedreiras, Açailândia e Codó - resultando na criação de 564 novas vagas para os interiores, a partir das reformas.

Além das ações de infraestrutura, também serão implementadas políticas de ressocialização, aprimoramento dos centros de reintegração social, assistência aos encarcerados e o fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário pelo Governo do Maranhão para fortalecer a atenção e cuidados aos presos em todo o estado. Entre elas, estão o cuidado com a saúde, fortalecimento da atenção aos egressos e o aprimoramento da Política Estadual de Alternativas Penais.

O compromisso foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça entre o Ministério da Justiça, o Governo do Estado e as instituições maranhenses ligadas ao Sistema de Execução Penal, que são: Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA.

Estavam presentes no ato, o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, o presidente da

Assembleia Legislativa, o deputado Humberto Coutinho, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Maranhão, Mário Macieira, a corregedora geral do Estado, Nelma Sarney, o procurador do estado Rodrigo Maia, os secretários Marcelo Tavares (Casa Civil) e o adjunto, Carlos Lula (Casa Civil), Rodrigo Lago (Transparência e Controle), Jefferson Portela (Segurança Pública), Murilo Andrade (Administração Penitenciária), Márcio Jerry (Articulação Política), Ester Marques (Cultura), o presidente da Comissão Central de Licitação, Paulo Guilherme e representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e Defensoria Pública do Maranhão.

AÇÕES - Em Timon e Pinheiro serão criadas 306 vagas, em cada município, com obras previstas para serem entregues em novembro de 2015 e janeiro de 2016, respectivamente. Em Imperatriz serão criadas 210 vagas, com previsão de entrega em setembro deste ano. Em São Luís Gonzaga serão criadas 312 vagas, com previsão de entrega para dezembro de 2016. A Unidade de Segurança Máxima, em São Luís, possui projeto que está em fase de detalhamento.

O Estado do Maranhão se compromete ainda em concluir a reforma e ampliação dos presídios nos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó, o que significa a criação de 564 vagas, assim distribuídas: em Balsas serão criadas 126 vagas, em Açailândia 162 vagas com previsão de entrega para julho deste ano. Em Codó serão criadas 156 novas vagas, com previsão de entrega para outubro deste ano. No município de Pedreiras serão criadas 120 vagas com previsão de entrega em novembro de 2015.

Prefeito Edivaldo participa de entrega de comenda ao ministro Ricardo Lewandowski

O ministro do STF, Ricardo Lewandowski, recebeu a comenda da Ordem dos Timbiras, destinada aos que prestaram serviços relevantes à sociedade



O governador Flávio Dino entregou a medalha ao ministro durante a solenidade

O prefeito Edivaldo participou na tarde desta segunda-feira (22) da cerimônia de assinatura do termo de compromisso entre governo do Estado e Supremo Tribunal Federal (STF) para adequar o sistema de execução penal e carcerário do Maranhão. Na

ocasião, o ministro do STF, Ricardo Lewandowski, recebeu a comenda da Ordem dos Timbiras, destinada aos que prestaram serviços relevantes à sociedade.

"Nós ficamos muito honrados em receber o ministro em São Luís e destacamos o

reconhecimento dado a ele hoje pelas mãos do governador Flávio Dino. Temos certeza que a união entre os poderes torna a estrutura do nosso país mais forte e agrega justiça e igualdade para a sociedade", disse o prefeito Edivaldo.

O governador Flávio Dino entregou a medalha ao ministro durante a solenidade no Palácio dos Leões. "Ministro Lewandowski, gostaria de transmitir os agradecimentos do povo do Maranhão ao STF, a todo poder judiciário pela confiança em nosso governo e por isso lhe conferimos esta comenda da Ordem dos Timbiras", explicou o governador Flávio Dino. "Eu agradeço imensamente a honraria que o governador me concede nesta ocasião", afirmou o ministro Ricardo Lewandowski.

Estiveram presentes na assinatura do termo o presidente da Assembleia Legislativa, Humberto Coutinho; a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleonice Freire; o presidente da Ordem dos Advogados Seccional Maranhão (OAB), Mário Macieira, representantes do Ministério Público do Maranhão, Defensoria Pública, Ministério Público Federal, Procuradoria Geral do Estado (PGE) e secretários estaduais.

K.GEROMY/OIMP/D.A.PRESS



■ O governador Flávio Dino entregou a medalha ao ministro durante a solenidade no Palácio dos Leões. "Ministro Lewandowski, gostaria de transmitir os agradecimentos do povo do Maranhão ao STF, a todo Poder Judiciário pela confiança em nosso governo e por isso lhe conferimos esta comenda da Ordem dos Timbiras", explicou o governador Flávio Dino. "Eu agradeço imensamente a honraria que o governador me concede nesta ocasião", afirmou o ministro Ricardo Lewandowski.

Acordo viabiliza construção e reforma de presídios no MA



Termo de compromisso assinado pelo governador Flávio Dino e o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, estabelece, entre outras medidas, a criação de 1.134 vagas nos presídios maranhenses até 2016.

POLÍTICA 3

JUSTIÇA

Mais presídios para o Maranhão

Termo de compromisso assinado pelo governo do Maranhão e Conselho Nacional de Justiça estabelece, entre outras medidas, a criação de 1.134 vagas nos presídios maranhenses até 2016

LUIZA PINHEIRO

Como solução para a crescente população carcerária do estado, o governador Flávio Dino (PCdoB) anunciou, na tarde de ontem, a construção de cinco unidades prisionais e a criação de 1.134 vagas no estado. Em solenidade reservada ao secretariado estadual e a representantes do Judiciário e do Legislativo no Palácio dos Leões, o governo firmou um termo de compromisso com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para adequar o sistema de execução penal e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal e por tratados internacionais.

Uma das medidas previstas no termo, assinado por Flávio Dino e pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, é a consolidação das audiências de custódia. Apesar de ter sido o primeiro estado a implementar ainda em outubro de 2014 a iniciativa, que consiste na apresentação do preso em flagrante ao juiz em menos de 24 horas, o atendimento ainda precisa ser alinhado ao projeto nacional.

“Em razão da maior eficiência da polícia, nesses cinco meses [de governo] já crescemos a população carcerária do Maranhão em 10%. Se continuarmos nesse ritmo, é claro que mesmo as vagas que geraremos a partir desse protocolo serão insuficientes. Precisamos combater as causas dos crimes com atividades de prevenção e, ao mesmo tempo, garantir que só fique preso quem verdadeiramente deve ser preso, por isso a audiência de custódia é muito importante”, ressaltou Flávio Dino.

De acordo com o governador, o termo de compromisso irá permitir o avanço do Estado em duas “questões fundamentais”: a ampliação das vagas e melhorias nas condições da execução penal, de maneira mais humanizada, com a garantia do direito dos presos ao trabalho e à educação.

Para melhorar a infraestrutura do sistema carcerário maranhense, o governo irá concluir a construção de quatro unidades prisionais no interior – em Pinheiro, Timon, Imperatriz e São Luís Gonzaga – e uma em São Luís, a Unidade de Segurança Máxima. A unidade de Imperatriz, com 210 vagas, deve ser entregue até se-

tembro deste ano. As reformas atrasadas em Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó serão finalizadas a partir de julho. Também serão implementadas políticas de ressocialização dos presos e melhorias na Política Estadual de Alternativas Penais.

O presidente do STF, Ricardo Lewandowski, afirmou que iniciativas como a assinatura do termo de compromisso “pode significar a redenção de milhares de brasileiros sob custódia do governo” e que existe no País uma “cultura do encarceramento”, destacando que hoje existem mais de 600 mil presos no Brasil e que 40% dos detidos em flagrantes acabam absolvidos por falta de provas.

Sobre a importância do acordo firmado entre o Judiciário e o Executivo, Lewandowski citou uma fala do vice-presidente Michel Temer (PMDB) sobre a separação dos poderes: “Pela nossa Constituição, os poderes são independentes, mas harmônicos. Se vivemos sem harmonia entre os poderes, vivemos uma situação de inconstitucionalidade”. Na cerimônia, o ministro ainda recebeu a mais alta honraria do estado, a Comenda da Ordem dos Timbiras.



Lewandowski e Flávio Dino assinaram termo de compromisso para adequar o sistema carcerário do estado



Em razão da maior eficiência da polícia, nesses cinco meses [de governo] já crescemos a população carcerária do Maranhão em 10%. Se continuarmos nesse ritmo, é claro que mesmo as vagas que geraremos a partir desse protocolo serão insuficientes. Precisamos combater as causas dos crimes com atividades de prevenção e, ao mesmo tempo, garantir que só fique preso quem verdadeiramente deve ser preso, por isso a audiência de custódia é muito importante

Flávio Dino,
governador.

>> UNIDADES DE SEGURANÇA

O governo anunciou a conclusão emergencial de 5 unidades prisionais no estado, criando 1.134 vagas, sendo que o projeto da Unidade de Segurança Máxima, em São Luís, ainda está em elaboração.

LOCAL	VAGAS	PREVISÃO:
Pinheiro	306	janeiro de 2016
Timon	306	janeiro de 2016.
Imperatriz	210	setembro de 2015.
São Luís Gonzaga	312	dezembro de 2016

Ampliação de vagas a partir de reformas em presídios		
Balsas	126	julho de 2015.
Açailândia	126	julho de 2015.
Codó	156	outubro de 2015.
Pedreiras	120	novembro de 2015.

Governador volta a criticar redução da maioria penal

Desde que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que diminui a maioria penal de 18 para 16 anos começou a ser discutida na Câmara dos Deputados, o governador Flávio Dino critica a mudança, argumentando que se trata de Cláusula Pétrea da Constituição Federal, isto é, não pode ser alterada.

Na última sexta-feira, seis governadores do Nordeste divulgaram uma carta se posicionando contra a redução e propondo uma maior reflexão sobre o tema. Após a assinatura do termo de compromisso com o ministro Ricardo Lewandowski, na tarde de ontem, Flávio Dino afirmou que o governador de Alagoas também subcreveu a carta.



Para Flávio Dino, redução da maioria penal é uma falsa solução

“Vamos piorar a gestão do sistema prisional colocando lá mais gente sem que com isso a gente consiga diminuir os índi-

ces de criminalidade. Se prender as pessoas fosse solução, a criminalidade no Brasil estaria diminuindo. No Brasil se pren-

de cada vez mais, inclusive no Maranhão, e sabemos que esse não pode ser o caminho único”, argumentou.

Para o governador, a redução da maioria penal é uma falsa solução ao aumento da criminalidade porque a maioria dos crimes graves é cometida por maiores de 18 anos e, caso a matéria seja aprovada pelo Congresso Nacional, as “quadrilhas e traficantes” que antes recrutavam jovens de 16 anos para cometer crimes irão buscar adolescentes de 14 ou 15 anos.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), garantiu que a PEC será votada em julho. A matéria precisa ser aprovada em dois turnos pelos deputados federais e depois segue para o Senado.

STF na Justiça do MA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski veio a São Luís discutir com a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire e o governo estadual cooperação para melhorar o funcionamento da Justiça Criminal do Maranhão. O fato é algo que remete a uma postura de respeito ao cidadão em relação à questão de segurança jurídica.

STF e TJMA assinam termo de cooperação para melhoria do sistema de justiça criminal no Maranhão



Desembargadora Cleonice Freire entregou ao ministro Ricardo Lewandowski a Medalha Especial do Mérito Judiciário Cândido Mendes

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, participou de solenidade no Tribunal de Justiça nesta segunda-feira (22), quando assinou Termo de Cooperação que prevê ações para a adequação do sistema de justiça criminal do Maranhão. Também assinaram o compromisso a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire; a corregedora-geral da Justiça, Nelma Sarney; a procuradora-geral da Justiça em exercício, Terezinha Guerreiro; o presidente da OAB-MA, Mário Macieira; a defensora pública-geral, Mariana Albano e o diretor do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, Hugo Leonardo.

Os signatários se comprometeram a engendrar esforços para reestruturar o sistema carcerário maranhense, com reforma estrutural e organizacional das unidades prisionais, políticas de atenção aos presos, aprimoramento da rotina de execução penal e consolidação da audiência de custódia. O governador do Estado, Flávio Dino, também assinou o documento em seguida, no Palácio dos Leões.

O ministro Ricardo Lewandowski falou das duas princi-

pais dificuldades enfrentadas pelo Poder Judiciário brasileiro - a cultura do encarceramento e o excesso de litigiosidade judicial - refletidas pelos atuais 600 mil presos e 100 milhões de processos em tramitação. Ele elogiou o pioneirismo do Maranhão na realização da audiência de custódia - quando o juiz, logo após a prisão em flagrante, faz a verificação da legalidade e necessidade da prisão - e do avanço na política de conciliação. O Maranhão conta com 17 centros de solução de conflitos na capital e no interior, que realizam sessões de conciliação para homologação judicial de acordos entre as partes.

Ricardo Lewandowski afirmou o apoio do CNJ à política da audiência de custódia no Maranhão, que garante o direito de todo preso de ser apresentado ao juiz e respeita pactos internacionais de direitos humanos, como o Pacto da Costa Rica, reduzindo as prisões desnecessárias e melhorando o processo de ressocialização. "A audiência é um grande avanço civilizatório e contribui para aumentar a segurança, porque se enviamos à prisão uma pessoa que pode receber medidas alternativas, ela sai pós-graduada na criminalidade", explicou.

O ministro elogiou a atua-

ção dos 16.500 magistrados brasileiros, que mesmo em quantidade insuficiente resolvem os conflitos de toda a sociedade, mesmo em meio a dificuldades, garantindo que o Brasil prossiga na busca pela consolidação como um país do futuro e de destaque no cenário internacional. "Apesar dos problemas como, má distribuição de renda e dificuldades econômicas, grande parte da harmonia e paz social que vivemos devemos aos juizes", observou.

A desembargadora Cleonice Freire ressaltou as ações do TJMA para o sucesso das audiências de custódia, realizadas desde setembro do ano passado e que vem contribuindo para a diminuição do encarceramento. "Damos muita importância a esse projeto e estamos inclusive, capacitando nossos juizes para a prática através da Escola da Magistratura", observou.

MEDALHA - Durante a solenidade, a desembargadora Cleonice Freire entregou ao ministro Ricardo Lewandowski a Medalha Especial do Mérito Judiciário Cândido Mendes, aprovada por unanimidade no Órgão Especial, no último dia 15 de abril. "Sinto-me honrado por ser agraciado com a mais alta comenda, que homenageia um dos grandes juristas desse país, a qual recebo em nome de todo o Judiciário", agradeceu.

Também participaram da solenidade a vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz; o presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), desembargador Luis Cosmo Silva Junior; o vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Lourival Serejo, a procuradora da República Carolina da Hora, além dos desembargadores do TJMA, magistrados e outras autoridades. **(Juliana Mendes / Asscom TJMA)**



Estado e STF firmam acordo para finalizar construção de presídios

O Governo do Estado se compromete a concluir a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, no interior P3c1

Governo e Supremo Tribunal Federal firmam acordo para finalizar construção e reforma de presídios no MA

O Governo do Maranhão e o Supremo Tribunal Federal (STF) firmaram Termo de Compromisso para adequar o sistema de execução penal e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal e por Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos. O Governo se compromete a concluir a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, no interior do estado.

"Este novo acordo abriu caminho para avançar o Sistema Judiciário do Maranhão, para estruturar o sistema penal e consagrar o autêntico plano de Governo do Maranhão que será fielmente cumprido", disse o governador Flávio Dino durante o encontro com o presidente do STF.

O governador Flávio Dino e o presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, assinaram na tarde desta segunda-feira (22) o Termo de Compromisso que vai implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão. Com o apoio técnico e financeiro do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça, o Estado se compromete a finalizar as obras abandonadas no governo anterior.

O ministro Lewandowski enfatizou a união de esforços de todas as instâncias de poder durante o ato. "Das várias comendas que recebo essa tem especial significado porque ela me é outorgada no momento em que os dois poderes, o Executivo e o Judiciário, na presença do poder Legislativo, dão um passo significativo para resolver um problema da cultura do encarceramento", disse o presidente do STF agradecendo a homenagem e reforçando a importância dos avanços que serão alcançados pelo Governo do Estado e pelo Poder Judiciário do Maranhão.

O Poder Executivo do Maranhão concluirá obras e reformas que estão atrasadas há 16 meses. Emergencialmente, serão concluídas quatro unidades prisionais no interior e uma na capital, criando 1.134 novas vagas. Também serão finalizadas as reformas e ampliações dos presídios dos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó - resultando na criação de 564 novas vagas para os interiores, a partir das reformas.

Além das ações de infraestrutura, também serão implementadas políticas de res-

socialização, aprimoramento dos centros de reintegração social, assistência aos encarcerados e o fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário pelo Governo do Maranhão para fortalecer a atenção e cuidados aos presos em todo o estado. Entre elas, estão o cuidado com a saúde, fortalecimento da atenção aos egressos e o aprimoramento da Política Estadual de Alternativas Penais.

O compromisso foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça entre o Ministério da Justiça, o Governo do Estado e as instituições maranhenses ligadas ao Sistema de Execução Penal, que são: Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA.

Estavam presentes no ato, o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Humberto Coutinho, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Maranhão, Mário Macieira, a corregedora geral do Estado, Nelma Sarney, o pro-

Karlos Geromy



Governador Flávio Dino recebe ministro Ricardo Lewandowski e assina Termo de Compromisso para implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão

curador do estado Rodrigo Maia, os secretários Marcelo Tavares (Casa Civil) e o adjunto, Carlos Lula (Casa Civil), Rodrigo Lago (Transparência e Controle), Jefferson Portela (Segurança Pública), Murilo Andrade (Administração Penitenciária), Márcio Jerry (Articulação Política), Ester Marques (Cultura), o presidente da Comissão Central de Licitação, Paulo Guilherme e representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e Defensoria Pública do Maranhão.

Ações - Em Timon e Pimenteiro serão criadas 306 vagas, em cada município, com obras previstas para serem entregues em novembro de 2015 e janeiro de 2016, respectivamente. Em Imperatriz serão criadas 210 vagas, com previsão de entrega em setembro deste ano. Em São Luiz Gonzaga serão criadas 312 vagas, com previsão de entrega para dezembro de 2016. A Unidade de Segurança Máxima, em São Luís, possui projeto que está em fase de detalhamento.

O Estado do Maranhão se compromete ainda em concluir a reforma e ampliação dos presídios nos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó, o que significa a criação de 564 vagas, assim distribuídas: em Balsas serão criadas 126 vagas, em Açailândia 162 vagas com previsão de entrega para julho deste ano. Em Codó serão criadas 156 novas vagas, com previsão de entrega para outubro deste ano. No município de Pedreiras serão criadas 120 vagas com previsão de entrega em novembro de 2015.

Governo e STF firmam acordo para finalizar presídios no MA

KarlosGeromy



Construção e reforma

Governo e STF firmam acordo para finalizar presídios no MA

O Governo do Maranhão e o Supremo Tribunal Federal (STF) firmaram Termo de Compromisso para adequar o sistema de execução penal e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal e por Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos. O Governo se compromete a concluir a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, no interior do estado.

"Este novo acordo abriu caminho para avançar o Sistema Judiciário do Maranhão, para estruturar o sistema penal e consagrar o autêntico plano de Governo do Maranhão que será fielmente cumprido", disse o governador Flávio Dino durante o encontro com o presidente do STF.

O governador Flávio Dino e o presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, assinaram na tarde desta segunda-feira (22) o Termo de Compromisso que vai implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão. Com o apoio técnico e financeiro do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça, o Estado se compromete a finalizar as obras abandonadas no governo anterior.

O ministro Lewandowski enfatizou a união de esforços



KarlosGeromy

Governador Flávio Dino recebe ministro Ricardo Lewandowski e assina Termo de Compromisso para implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão.

de todas as instâncias de poder durante o ato. "Das várias comendas que recebo essa tem especial significado porque ela me é outorgada no momento em que os dois poderes, o Executivo e o Judiciário, na presença do poder Legislativo, dão um passo significativo para resolver um problema da cultura do encarceramento", disse o presidente do STF agradecendo a homenagem e reforçando a importância dos avanços que serão alcançados pelo Governo do Estado e pelo Poder Judiciário do Maranhão.

O Poder Executivo do Maranhão concluirá obras e reformas que estão atrasadas há 16 meses. Emergencialmente, serão concluídas quatro unidades prisionais no interior e uma na capital, criando

1.134 novas vagas. Também serão finalizadas as reformas e ampliações dos presídios dos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó – resultando na criação de 564 novas vagas para os interiores, a partir das reformas.

Além das ações de infraestrutura, também serão implementadas políticas de ressocialização, aprimoramento dos centros de reintegração social, assistência aos encarcerados e o fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário pelo Governo do Maranhão para fortalecer a atenção e cuidados aos presos em todo o estado. Entre elas, estão o cuidado com a saúde, fortalecimento da atenção aos egressos e o aprimoramento da Política Estadual de Alternativas Penais.

O compromisso foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça entre o Ministério da Justiça, o Governo do Estado e as instituições maranhenses ligadas ao Sistema de Execução Penal, que são: Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA.

Estavam presentes no ato, o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Humberto Coutinho, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Maranhão, Mário Macieira, a corregedora geral do Estado, Nelma Sarney, o procurador do estado Rodrigo Maia, os secretários Marcelo Tavares (Casa Civil) e o adjunto, Carlos Lula (Casa Civil), Rodrigo Lago (Transparência e Controle), Jefferson Portela (Segurança Pública), Murilo Andrade (Administração Penitenciária), Márcio Jerry (Articulação Política), Ester Marques (Cultura), o presidente da Comissão Central de Licitação, Paulo Guilherme e representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e Defensoria Pública do Maranhão.

Juiz interdita Fórum da comarca de Dom Pedro

Em portaria datada do último dia 12 de junho, o juiz titular da comarca de Dom Pedro, Carlos Eduardo Coelho de Sousa, interditou o prédio onde funciona o Fórum da unidade “até que as condições sanitárias e de salubridade de suas instalações sejam restabelecidas”.

PAGINA 6 [C1]

Juiz interdita Fórum da comarca de Dom Pedro

Em portaria datada do último dia 12 de junho, o juiz titular da comarca de Dom Pedro, Carlos Eduardo Coelho de Sousa, interditou o prédio onde funciona o Fórum da unidade "até que as condições sanitárias e de salubridade de suas instalações sejam restabelecidas".

De acordo com a portaria, estão suspensos também todos os prazos processuais e atividades designadas para o período em que durar a interdição, incluídas aí as audiências.

Ainda segundo o documento (Portaria 02/2015), até que as condições sanitárias e de salubridade sejam restabelecidas o Fórum da comarca funcionará em regime de plantão. Ficaram isentas da de-

terminação as audiências de réus presos agendadas para o dia 16 de junho, realizadas normalmente.

Consta ainda da portaria que o atendimento ficará restrito aos casos urgentes e ao recebimento, de forma manual, dos procedimentos de urgência, observadas as prioridades definidas nas normas vigentes.

Intimações, citações, notificações e demais serviços externos funcionarão normalmente, estabelece a portaria. Já as consultas processuais, essas devem ser feitas via internet, por meio do endereço eletrônico do Poder Judiciário www.tjma.jus.br.

Entre as considerações do juiz para a interdição do Fórum, está a falta de condições adequadas para a realização das atividades ju-

diciais e atendimento ao público na sede da Justiça, "apesar da previsão de limpeza e adaptação das instalações do prédio".

Carlos Eduardo cita a remoção dos detritos animais (pombos, ratos e insetos) das instalações e o odor insuportável ocasionado por essa remoção, além da poeira causada pela limpeza e reforma do prédio, que se espalha "por todo o edifício, comprometendo a saúde das pessoas e a conservação dos móveis, equipamentos eletrônicos e de informática".

Ainda segundo o magistrado, os profissionais responsáveis pelos reparos no Fórum alertaram para o acúmulo de poeira, excesso de ruído e trânsito de materiais, insumos e entulhos durante a re-

forma, bem como as constantes interrupções na rede de eletricidade necessárias à reforma na parte elétrica do prédio.

Nas palavras do juiz, em visita ao Fórum no último dia 11 de junho, equipe da Vigilância Sanitária "corroborou a necessidade da imediata interdição dos serviços forenses na unidade, de modo a não colocar em risco a saúde e a segurança das pessoas. O Poder Judiciário deve garantir um meio ambiente de trabalho saudável, direito fundamental a qualquer cidadão, e propiciar segurança ao jurisdicionado e operadores de Direito que diariamente freqüentam o Fórum, assegurando a salubridade de suas dependências", resume. *(Ascom TJMA)*

GOVERNO ASSINA ACORDO COM STF PARA MELHORAR PRESÍDIOS NO MA

O Governo do Maranhão e o Supremo Tribunal Federal (STF) firmaram, ontem, em São Luís, um Termo de Compromisso para adequar o sistema de execução penal e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal e por Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos. O Governo se compromete a concluir a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, no interior do estado.

PAGINA 3 [C1]



Governador Flávio Dino recebe ministro Ricardo Lewandowski e assina Termo de Compromisso para implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal

Governo e STF firmam acordo para finalizar a construção e reforma de presídios no MA

O Governo do Maranhão e o Supremo Tribunal Federal (STF) firmaram em São Luís, na tarde desta segunda-feira (22), Termo de Compromisso para adequar o sistema de execução penal e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal e por Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos. O Governo se compromete a concluir a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, no interior do estado.

“Este novo acordo abriu caminho para avançar o Sistema Judiciário do Maranhão, para estruturar o sistema penal e consagrar o autêntico plano de Governo do Maranhão que será fielmente cumprido”, disse o governador Flávio Dino durante o encontro com o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski.

O Termo de Compromisso que vai implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão foi assinado pelo governador Flávio Dino e pelo ministro Ricardo Lewandowski. Com o apoio técnico e financeiro do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça, o Estado se compromete a finalizar as obras abandonadas no governo anterior. O ministro Lewandowski enfatizou a união de esforços de todas as instâncias de poder durante o ato.

“Das várias comendas que recebo essa tem especial significado porque ela me é outorgada no momento em que os dois poderes, o Executivo e o Judiciário, na presença do poder Legislativo, dão um passo significativo para resolver um problema da cultura do encarceramento”, disse o presidente do STF agradecendo a homenagem e reforçando a importância dos avanços que serão alcançados pelo Governo do Estado e pelo Poder Judiciário do Maranhão.

O Poder Executivo do Maranhão concluirá obras e reformas que estão atrasadas há 16 meses. Emergencialmente, serão concluídas quatro unidades prisionais no interior e uma na capital, criando 1.134 novas vagas. Também serão

finalizadas as reformas e ampliações dos presídios dos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó – resultando na criação de 564 novas vagas para os interiores, a partir das reformas.

Além das ações de infraestrutura, também serão implementadas políticas de ressocialização, aprimoramento dos centros de reintegração social, assistência aos encarcerados e o fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário pelo Governo do Maranhão para fortalecer a atenção e cuidados aos presos em todo o estado. Entre elas, estão o cuidado com a saúde, fortalecimento da atenção aos egressos e o aprimoramento da Política Estadual de Alternativas Penais.

O compromisso foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça entre o Ministério da Justiça, o Governo do Estado e as instituições maranhenses ligadas ao Sistema de Execução Penal, que são: Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA.

Execução de obras – Em Timon e Pinheiro serão criadas 306 vagas, em cada município, com obras previstas para serem entregues em novembro de 2015 e janeiro de 2016, respectivamente. Em Imperatriz serão criadas 210 vagas, com previsão de entrega em setembro deste ano. Em São Luís Gonzaga serão criadas 312 vagas, com previsão de entrega para dezembro de 2016. A Unidade de Segurança Máxima, em São Luís, possui projeto que está em fase de detalhamento.

O Estado do Maranhão se compromete ainda em concluir a reforma e ampliação dos presídios nos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó, o que significa a criação de 564 vagas, assim distribuídas: em Balsas serão criadas 126 vagas, em Açailândia 162 vagas com previsão de entrega para julho deste ano. Em Codó serão criadas 156 novas vagas, com previsão de entrega para outubro deste ano. No

município de Pedreiras serão criadas 120 vagas com previsão de entrega em novembro de 2015.



Governador recebe ministro Lewandowski e assina Termo de Compromisso para implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal

Ministro é agraciado com Medalha da Ordem dos Timbiras

Ao final da cerimônia de assinatura do termo de compromisso entre governo do Estado e o Supremo Tribunal Federal, o ministro Ricardo Lewandowski recebeu, no Palácio dos Leões, a comenda da Ordem dos Timbiras, destinada aos que prestaram serviços relevantes à sociedade.

"Ministro Lewandowski, gostaria de transmitir os agradecimentos do povo do Maranhão ao STF, a todo o Poder Judiciário pela confiança em

nosso governo e por isso lhe conferimos esta comenda da Ordem dos Timbiras", explicou o governador Flávio Dino. "Eu agradeço imensamente a honraria que o governador me concede nesta ocasião", afirmou o ministro Ricardo Lewandowski.

O prefeito Edivaldo Holanda Júnior também participou da solenidade e declarou: "Nós ficamos muito honrados em receber o ministro em São Luís e destacamos o reconhecimento dado a ele hoje pelas mãos do governador Flávio Dino. Temos certeza que a união entre os poderes torna a estrutura do nosso país mais forte e agrega justiça e igualdade para a sociedade".



Curso de Depoimento Especial

A Escola da Magistratura do Maranhão (Esmam), em parceria com a Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), abrem inscrições para o curso de Depoimento Especial, credenciado pela Escola Nacional de Formação de Magistrados (Enfam). Os servidores interessados podem inscrever-se até a próxima sexta-feira (26), diretamente com a Coordena-

doria, pelo telefone (98) 3261-6287. O curso visa capacitar e qualificar os servidores com técnicas e práticas específicas para a oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica, em processos que tramitam na Justiça, visando contribuir para evitar a revitimização das crianças e adolescentes.